

A crise de sobreacumulação

JORGE GRESPAN*

Longe de ser o fenômeno recente e quase fortuito retratado pela maioria das análises em curso,¹ que preferem focar causas imediatas, além de relacionadas a *escolhas* de agentes privados e públicos, a crise atual é um processo sistêmico, antigo, cujas raízes remontam à década de 1970. Também nessa época ocorriam problemas conjunturais, como as “crises do petróleo”. Mas o que começou ali, de fato, foi um período de estagnação dos investimentos, com queda persistente na taxa média de lucro e desvalorização de capital na economia dos Estados Unidos, coordenadora do sistema comercial e financeiro mundial. O movimento amplo e profundo só não revelou já então esse seu caráter em escala mundial, porque Japão e Europa Ocidental vinham em uma expansão ainda decorrente da retomada do pós-guerra. E quando a estagnação começou também por aqueles lados, na década de 1990, outra vez os Estados Unidos sinalizavam uma volta ao crescimento: foi o tempo da “nova economia”, baseada na criação vertiginosa de tecnologias de robótica e informação; do “fim do trabalho”, que teria dado lugar à ciência na produção de valor; do “neoliberalismo”, renovador da velha crença na autorregulação dos mercados, para a qual o Estado deveria desempenhar um papel econômico ínfimo, privatizando ao máximo, por isso, o patrimônio público.

* Professor do Departamento de História da FFLCH, USP.

1 Limitando-me a livros recentes, cf.: Paul Krugman, *The Return of Depression Economics and the Crisis of 2008*. New York: Norton & Company, 2009. Ou ainda a quase totalidade dos 40 colaboradores de: Katrina Vanden Heuvel & allia – *Meltdown. How Greed and Corruption Shattered our Financial System and how we can Recover*. New York: Nation Books, 2009.

A falácia implícita em tais expectativas ficou clara já na crise dos anos 2000-2001. A estagnação nos ramos tradicionais, criadores de valor, não havia, de fato, sido superada. Embora o avanço do grande capital sobre áreas reservadas até aquele momento a empresas estatais tenha permitido que ele recuperasse por algum tempo parte da lucratividade perdida, em setores como o de energia elétrica a privatização mostrou-se até desastrosa. E as novas tecnologias, ligadas de modo umbilical ao capital financeiro, não proporcionaram o alicerce previsto para um novo ciclo longo de investimentos na produção de mercadorias. O que se proporcionou então, ao contrário, foi uma bolha de capital especulativo, inflando a que se iniciara na década de 1980.² É que o tão festejado aumento da taxa de lucro praticamente se confinava ao setor não produtivo, de serviços e finanças, pouco se estendendo ao da indústria, extração e agropecuária. Quando enfim se verificou que as empresas da “nova economia” gerariam um lucro bem menor do que o esperado, o preço de suas ações despencou nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos e de outros países do centro do sistema, revelando a precariedade da base efetiva sobre a qual as imensas expectativas se haviam assentado.

A crise só não foi mais longa e destruidora naquele ano 2000 porque as autoridades monetárias incentivaram, em seguida, a massa de capital excedente a se direcionar para aplicações em outros tipos de “ativos”, principalmente imóveis, combinando aí as oportunidades de lucro do setor de construção civil às do crédito imobiliário e da renda da terra urbana. A partir desse lastro, e tendo-se providenciado antes a desregulamentação do capital financeiro, foi possível alcançar níveis ainda mais altos de especulação, inflando de novo a bolha da década de 1990. Por outro lado, pelo sistema de hipotecas imobiliárias lastreava-se a concessão de crédito ao consumo, que na década atual chegou a mais de 70% do PIB norte-americano. Por fim, a entrada em cena da China, como grande potência econômica, permitiu a elevação, em parte especulativa, dos preços das mercadorias cotadas no mercado mundial, conhecidas pelo seu nome inglês de “commodities”. Além disso, os enormes superávits comerciais e a conseqüente entrada maciça de dólares obrigaram a China a comprar grande quantidade de títulos da dívida pública dos Estados Unidos, o que ajudou em muito a financiar os gastos do governo desse país. Com esses novos elementos, configurou-se o quadro da crise na atualidade.

Mas o movimento fundamental ainda persiste: o capital se desvia para outras aplicações por não obter valorização suficiente nas esferas produtivas tradicionais. Trata-se do fenômeno chamado por Marx de “sobrecumulação”,³ em que o impulso *desmedido* do capital a se valorizar ganha sua expressão mais completa. Recordando, em poucas palavras, a subordinação do trabalho como fonte produtora

2 Para uma descrição muito boa desse processo, cf.: Joseph Stiglitz. *The Roaring Nineties*. New York: Norton & Company, 2003.

3 Cf. Capítulo 15 do Livro III de *O capital*; também o meu comentário em *O negativo do capital*. São Paulo: Hucitec, 1998, p.224-37.

de valor dá ao capital os meios de se autovalorizar, mas também o obriga a sempre fazê-lo: sendo “valor que se valoriza”, ele não pode deixar de se valorizar, de acumular valor e riqueza, sob pena de deixar de ser capital. Não por acaso, Marx emprega a metáfora do “tormento de Sísifo” para descrever esse traço constitutivo da autonomia e autorreferência do capital. E quando diz que a circulação do capital tem sua “finalidade em si mesma” e que, por isso, é um processo “desmedido”,⁴ tais termos significam, em primeiro lugar, que o impulso original dessa totalidade pretendida pelo “valor que se valoriza” desconhece quaisquer razões e limites externos, inclusive os do consumo social das mercadorias produzidas; é a necessidade primária de avançar, “progredir”, acumular-se.

Só em um segundo momento, “post festum”, é que devem ser levadas em conta as condições sociais e técnicas de realização desse impulso, muitas vezes impostas ao capital como barreiras a superar. Mais especificamente, é preciso afinal vender o que se produziu, é necessário que os meios de produção sejam não só técnica como economicamente adequados à produção, é forçoso confrontar e tornar condizentes as várias medidas dos valores criados nas muitas esferas de existência do capital social. Aí é que pode se verificar um excesso, produzir-se um excedente, ocorrer uma “sobrecumulação” – não apenas de mercadorias, cujo preço tem de cair para que elas possam ser vendidas, mas de capital na forma de dinheiro e de meios de produção materiais e “imateriais”.

Vale a pena citar uma passagem longa de Marx para explicar esta questão-chave:

Tão logo o capital tivesse crescido a uma proporção da população trabalhadora em que nem se pudesse estender o tempo absoluto de trabalho que esta população fornece, nem se pudesse ampliar a mais-valia relativa [...] em que o capital aumentado produzisse apenas tanta massa de mais-valia, ou até menos, que antes do seu crescimento, então ocorreria uma sobreprodução absoluta de capital; isto é, *o capital aumentado $C + \Delta C$ não produziria mais lucro, produziria até menos lucro do que o capital C antes do seu aumento de ΔC* . Em ambos os casos ocorreria também uma queda forte e súbita da taxa geral de lucro, *mas dessa vez não por uma alteração da composição orgânica do capital*, devida ao desenvolvimento da força produtiva, e sim por uma subida no valor monetário do capital variável (por causa dos salários elevados) e pela redução correspondente na proporção entre o mais-trabalho e o trabalho necessário”.⁵

Ou seja, em um determinado nível tecnológico a acumulação de capital se dá pela absorção de força de trabalho, levando a uma elevação dos salários e

4 Cf. Capítulo 4 do Livro I de *O capital*: os termos no original são, respectivamente, *Selbstzweck* e *Masslos*.

5 K. Marx. *Das Kapital*, Livro III. Marx-Engels Werke, 25. Berlim: Dietz Verlag, 1984, p.261-2. Trad. Bras.: *O capital*, Livro III. São Paulo: Abril, 1983, p.190. Col. Os economistas. Grifos meus.

consequente redução da taxa de lucro. Isso é que força o sistema a revolucionar de modo radical a tecnologia dos meios de produção, em grande parte para poder substituir trabalhadores por esses novos meios e assim tentar recompor a taxa de lucro. Só que dessa forma aumenta a composição orgânica do capital e se estreita a base de valorização do valor.

É exatamente esse processo de sobreacumulação que caracteriza a história do capitalismo mundial desde a década de 1970. Em linhas gerais, o patamar técnico e institucional alcançado durante os trinta anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, chamado resumidamente de “fordismo” (com todas as suas variantes e derivações), permitiu crescente incorporação de mão de obra até que novos investimentos levassem à queda da taxa de lucro, e não a seu aumento, como antes. Nas palavras do texto citado acima: “o capital aumentado $C + \Delta C$ não produziria mais lucro, produziria até menos lucro do que o capital C antes do seu aumento de ΔC ”. Donde a estagnação que, combinada ao aumento geral dos preços, originou o fenômeno marcante da década de 1970 nos Estados Unidos, a “estagflação”. E o combate monetarista à inflação, com o grande aumento das taxas de juros nos Estados Unidos do começo dos anos 80, só fez piorar a estagnação nesse país. Um processo semelhante, com uma década de defasagem, ocorria na Europa Ocidental e no Japão.

Todos os desdobramentos no sistema capitalista e na política econômica dos últimos vinte ou trinta anos podem ser entendidos como tentativas, eficazes até certo ponto, duradouras até certo ponto, de recompor a taxa geral de lucro. Começando pela mudança tecnológica profunda – o emprego generalizado de computadores; a rapidez na transmissão de dados associada ao controle de informações; o uso de robôs; o sistema de organização conhecido como “toyotismo” – que possibilitou a demissão de trabalhadores, a ponto de configurar uma “crise do trabalho” na década de 1990. Também a já mencionada onda privatista, que passava áreas inteiras antes reservadas ao setor estatal para a propriedade privada de grandes blocos de capital, assim ampliando a base de onde eles poderiam obter mais-valia. Ou ainda a transformação de toda essa enorme base produtiva em mero “lastro” de ativos reais para o setor financeiro “alavancar” operações complexas e cada vez menos regulamentadas. Nesses casos todos, observa-se a busca por um nível mais alto e permanente de lucro, que criasse as condições para outro ciclo de longo prazo de acumulação de capital. O aumento da composição orgânica do capital, porém, decorrente do uso maciço das novas tecnologias, impede que se produza o efeito desejado sobre a taxa média de lucro.

A alternativa encontrada nesses últimos anos para tal contradição vinha sendo, então, a de direcionar para ramos não tradicionais e geralmente não produtivos de mais-valia o lucro gerado por um capital “ C ” (nos termos do texto citado de Marx), lucro que nos ramos tradicionais diminuiria em vez de aumentar se fosse feito sobre eles um aporte de capital de “ ΔC ”. Como já foi dito, no caso de vários países, desde os Estados Unidos e a Inglaterra até a Espanha e a Irlanda, o setor

privilegiado desse redirecionamento foi o imobiliário. Mas também havia a alta demanda chinesa por matérias-primas, petróleo e alimentos, estimulando investimentos de outros países, como o Brasil, na produção dessas “commodities”, de preço crescente. O fundamental, contudo, é que o produto de tais setores convertia-se cada vez mais em “lastro” real para operações de crédito, tanto para empresas quanto para o consumidor, cujos gastos podiam se elevar muito acima de sua renda efetiva. É o setor financeiro que, seja pela compra direta, seja pela participação no capital das empresas, impunha sua lógica à da produção e do comércio.

Esse processo decisivo é explicado no Livro III de *O capital*, que trata do problema da distribuição do valor e da mais-valia, depois dos Livros I e II terem tratado de sua produção e reprodução. Em síntese, contrariando a chamada “lei do valor” na esfera da produção, que se dá conforme a quantidade de *trabalho* socialmente necessário contido nas mercadorias, a repartição do valor e da mais-valia ocorre de acordo com a grandeza da *propriedade* privada dos capitais individuais, envolvidos em um verdadeiro conflito distributivo. Assim, ainda na esfera industrial, a competição entre os capitalistas visa a repartir a mais-valia social que o trabalho por eles empregado produziu, o que será feito levando em conta não só esse trabalho – isto é, o capital variável –, mas também o capital constante investido por cada um em meios de produção. Portanto, embora um capital singular empregue mais mão de obra e por isso gere uma parte maior da mais-valia social, outro capital, que tenha sua parte constante maior do que a do primeiro, abocanhará uma porção proporcionalmente maior da mais-valia. É o capital total – soma da parte variável e da constante – que aqui decide a competição. É a propriedade, e não o trabalho mobilizado, que conta no conflito distributivo entre os capitalistas.

E quando se trata a seguir⁶ não apenas da repartição entre o capital industrial, mas da que inclui ramos não produtores de valor e mais-valia, como o comercial e o financeiro, esse domínio da propriedade é ainda mais visível. Se o capitalista industrial pelo menos participava na criação de valor, empregando força de trabalho para produzi-lo, o capitalista comercial, o banqueiro e o proprietário de terra relacionam-se só indiretamente com essa produção. Apesar disso, o título de propriedade que possuem sobre seus respectivos capitais os habilita a reivindicar aquilo que, conforme a “lei do valor”, não lhes caberia. A competição, antes restrita ao conjunto dos capitalistas envolvidos diretamente com a produção de mais-valia, ocorre agora incluindo os demais setores da economia: independentemente do setor e de empregar ou não trabalho produtivo, o capital investido receberá uma parte do todo de acordo com sua magnitude, multiplicada pela taxa média de lucro válida para toda a economia (no limite, mundial).

6 A distribuição somente entre os capitais individuais investidos na indústria é tratada nas três primeiras seções do Livro III; a que inclui os capitais comerciais, na seção IV; e a que inclui o capital a juros, na seção V.

Essa forma de repartição social do excedente, além disso, faz os preços das mercadorias se diferenciarem dos seus valores, de acordo com as determinações próprias às esferas não produtoras de valor e para remunerar a atividade de cada uma. Só que quando se trata dos preços definidos na esfera financeira, o valor, o trabalho pretérito contido nas mercadorias, serve de mera base para preços cuja referência efetiva será a demanda futura, projetada, sujeita a expectativas e especulações.

O domínio da esfera produtiva pela financeira, exercido já pela crescente necessidade de crédito da primeira, imprime aos produtos uma lógica distinta da do trabalho. O título de propriedade adquirido pelo financiador da produção direciona para ele uma parte da mais-valia, parte que aumenta de acordo com a sempre maior importância do financiamento. E com isso prevalece a projeção de demanda na definição do preço, em relação ao valor determinado pelo trabalho. Daí que no contexto atual, para além da demanda efetiva das “commodities” na economia mundial, em especial pela enorme necessidade chinesa, o preço delas seja estabelecido em função de expectativas e permita a especulação comandada pelos principais titulares de sua propriedade, os capitalistas financeiros. Como as projeções sobre a demanda futura mudam a todo momento, mudam também os preços. E a redistribuição do valor social, estabelecida pela concorrência geral entre todas as esferas capitalistas em função de preços variáveis, constantemente se altera. O próprio domínio financeiro, com isso, é posto em xeque.

Na fase presente da crise, propiciada justo pela redistribuição de valores e descolamento de preços que ocorreram de modo maciço nos últimos anos, assistimos a movimentos vertiginosos e a uma destruição de valor em escala sem precedentes na história. Os setores para onde os excedentes de valor vinham sendo desviados e que lastreavam o crédito ao consumo, não poderiam mesmo sustentar por muito tempo a posição que lhes era atribuída. Entre 2006 e 2007, os preços inflados pela especulação no setor imobiliário, em primeiro lugar, acabaram caindo muito, e continuarão em queda até encontrar seus valores reais. Os excedentes aplicados nele tiveram então de se desviar mais uma vez, concentrando-se na especulação com as “commodities”, o que chegou a criar temores de uma volta da “estagflação” entre 2007 e começo de 2008. Com a falência de grandes bancos norte-americanos e europeus no fim do ano passado, contudo, esse esboço de inflação se esfumou: um volume enorme de excedentes financeiros teve de ser contabilmente cancelado, algo em torno de 60 trilhões de dólares, diminuindo a necessidade e as possibilidades de especulação; desvalorizou-se o lastro dos empréstimos ao consumidor, contraindo o crédito e o consumo; produção e emprego começaram finalmente a cair.

A elevação dos preços das “commodities” e a alta das Bolsas de Valores a partir do segundo trimestre de 2009 demonstra, por outro lado, que ainda há excedentes financeiros a queimar. Essa oscilação não nos deve enganar, aliás. Desde o primeiro espasmo, em maio de 2007, a desvalorização brutal vem se alternando

com momentos de retomada e até de euforia nas Bolsas; e a recuperação de 2009 será provavelmente outro deles. Uma crise da magnitude da atual requer mais do que meras correções de rota e regulamentações do sistema financeiro. Como na década de 1930, uma saída definitiva da crise só será possível mediante a criação de padrões organizacionais e técnicos de produção associados a novas instituições políticas e sociais – algo equivalente ao “Estado de Bem-Estar” e à solução social-democrata – tudo isso acompanhado por fim de uma nova divisão internacional do trabalho. Será o sistema capitalista capaz de fazer novamente mudanças tão radicais? Impossível sabê-lo, tal como o era também setenta anos atrás. Mas esse é seu desafio. O problema é que enquanto os grupos beneficiados pelas condições econômicas recentes conservarem força, poderão impedir a adoção de soluções efetivas para a crise. E como o “ajuste” requerido pelo sistema implica uma socialização das perdas extremamente pesada para a maioria da sociedade, pode-se prever muito bem a agudização dos conflitos distributivos já iniciados em várias partes do mundo e sua evolução para uma luta de classes de caráter revolucionário.

Será então o xeque ao domínio financeiro e ao próprio capital em geral um xeque-mate? Nenhuma crise por si mesma é final, é colapso inevitável. A maior parte das análises críticas prenuncia para o futuro próximo um cenário de acertos de conta menos traumáticos que os de setembro de 2008, mas com uma estagnação prolongada da produção e do emprego talvez por vários anos. Esse é, porém, o cenário mais propício para outro tipo de drama e de ator social, realmente capaz de criar uma alternativa ao mundo do capital. A resultante do jogo dessas forças todas está em aberto. A história se apresenta mais uma vez em um daqueles momentos complexos e ricos de que só se sairá com uma mudança profunda.

GRESPLAN, Jorge. A crise de sobreacumulação. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.29, 2009, p.11-17.

Palavras-chave: Ciclo econômico; Crise Econômica; Capitalismo contemporâneo; Teoria do valor.